

INICIATIVA  
Prefeito Jose Ribeiro F. Junior  
Câmara Municipal de Cabedelo-PB  
Deia Viana Guerra  
VISTO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELÓ-PB  
PUBLICAÇÃO  
QUIZENÁRIO OFICIAL  
EM: 15 A 31 Dezembro 2001  
Jhm  
VISTO

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELÓ  
GABINETE DO PREFEITO

Lei N.º 1067

De 26 de dezembro de 2001

DISCIPLINA A CRIAÇÃO DE ANIMAIS E  
PREVENÇÃO DE CONTROLE DE ZOONOSES  
NO MUNICÍPIO DE CABEDELÓ E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELÓ (PB):**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º** A Secretaria de Saúde do Município, através da Coordenação Municipal de Zoonoses – CMZ – coordenará em âmbito Municipal, as ações de prevenção e controle de Zoonoses, em articulação com os demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais competentes.

**Art. 2º** Para os efeitos desta lei entende-se por:

I – **Zoonose** – Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem;

II – **Autoridades de Saúde** – As autoridades competentes dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde e da Coordenação Municipal de Zoonoses – CMZ.

**Art. 3º** Constituem objetivos básicos das ações de controle das zoonoses:

I – reduzir a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas prevalentes;

II – prevenir as infecções humanas transmitidas pelos animais, direta ou indiretamente – (vetores e alimentos);

III – proteger a Saúde da população urbana, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências de Saúde Pública que visem a prevenção de zoonoses.

JA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º** Na coordenação das ações básicas de controle de zoonoses caberá a Secretaria de Saúde do Município e a Coordenação Municipal de Zoonoses:

I – promover a mais ampla integração dos recursos humanos, técnicos e financeiros, Estaduais e Municipais, principalmente para que o Município possa dispor de uma estrutura física, orgânica e técnica, capaz de atuar no controle ou erradicação das zoonoses;

II – promover ações que possibilitem melhorar a qualidade do diagnóstico laboratorial para a raiva humana e animais com calazar, leptospirose e outras zoonoses;

III – promover articulações intra e interinstitucionais com organismos nacionais, estaduais ou internacionais de saúde e o intercâmbio técnico – científico;

IV – promover medidas visando impedir a articulação de animais roedores e vetores, com previsão de instalações, equipamentos específicos e pessoal capacitado;

V – promover e estimular o sistema de vigilância epidemiológica para Zoonoses;

VI – promover a capacitação de Recursos Humanos em todos os níveis (Apoio Médio e Superior);

VII – promover ações de educação em Saúde, tais como, campanhas de esclarecimentos populares junto às comunidades ou através dos meios de comunicação, e difusão do assunto nas escolas de 1º e 2º Graus, Associações comunitárias e outros.

**Art. 5º** Todo proprietário ou possuidor de animais a qualquer título deverá observar as disposições legais e regulamentares pertinentes de saúde para evitar a transmissão de zoonoses e/ou causar incômodo às pessoas.

**Art. 6º** É obrigatório à vacinação dos animais contra as doenças especificadas pelo Ministério da Saúde.

**Art. 7º** A permanência de animais só será permitida quando não ameacem a Saúde ou a segurança das pessoas e quando o lugar, onde forem mantidos, reúna condições de saneamento estabelecidas pela autoridade de saúde competente, a fim de que não se constituam em focos de infecção, causas de doenças ou insalubridade ambiental, ficando terminantemente proibida a criação de animais da fauna silvestre no ciclo urbano, quais sejam, macacos, sagüis, raposas e outros.

**Art. 8º** Fica proibida a permanência de animais nos logradouros públicos, tais como mercado, feiras livres (Rod. BR 230), praias, piscinas, estabelecimentos, hospitais, postos de saúde, escolas, clubes esportivos e recreativos, casas comerciais,





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

estabelecimentos industriais ou comerciais, em halls de edifícios, suas escadas e elevadores, patamares e áreas de uso comum, ruas e avenidas.

**Parágrafo único.** Excetuam-se da proibição prevista neste artigo os estabelecimentos legal e adequadamente instalados, para a criação, venda, exposição, competição e tratamento de animais e os abatedouros, quando licenciados pelos órgãos de saúde competentes.

**Art. 9º** O Trânsito de animais nos logradouros públicos só será permitido quando não ofereçam riscos à saúde e devidamente atrelados, vacinados e com registro atualizado, quando for o caso, ficando o uso obrigatório de funcinheira para cães de grande porte e/ou de reconhecida ferozidade, sendo os seus proprietários responsáveis pela agressão e danos físicos e psicológicos causados ao cidadão.

**Art. 10.** Os animais encontrados soltos nas vias e nos logradouros públicos, serão apreendidos, recolhidos em baias e canis públicos e sacrificados após o prazo de (05) cinco dias, a critério das autoridades de saúde competente.

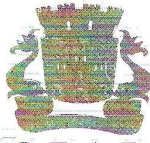
§ 1º Se o cão apreendido for portador de registro seu proprietário deverá ser notificado.

§ 2º O animal cuja apreensão for impossível ou perigosa poderá ser sacrificado in loco.

§ 3º Quando o animal apreendido possuir valor econômico de grande e médio porte, boi, vaca, cavalo, bode, cabra, jumento, jegue, porcos e outros poderá ser leiloado, a juízo da autoridade competente.

**Art. 11.** Os proprietários ou responsáveis por construções, edifícios ou terrenos qualquer que seja sem uso ou finalidade, deverão adotar as medidas indicadas pelas autoridades de saúde competentes, no sentido de mantê-los livres de roedores e de animais peçonhentos e sinantrópicos (baratas, pernilongos, escorpião, pulgas, carrapatos e outros), prejudiciais à saúde e ao bem estar do homem.

**Parágrafo único.** Os proprietários ou responsáveis por construções edifícios, residências ou terrenos, deverão impedir o acúmulo de lixo restos de alimentos ou de outros



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

materiais que servirem de alimentação ou abrigo de roedores e animais peçonhentos e sinantrópicos e adotar outras providências a critério das autoridades de saúde competentes.

**Art. 12.** Os órgãos ou entidades responsáveis pela coleta de lixo, concorrerão para o atendimento disposto no artigo anterior, promovendo a execução regular daqueles serviços bem como a manutenção de locais e métodos apropriados para evitar abrigo, proliferação e alimentação de roedores, observando para tanto as instruções emanadas dos órgãos de saúde competentes.

**Art. 13.** São obrigados a notificar as zoonoses que as autoridades de saúde declararem como de notificação obrigatória:

- I – o veterinário que tome conhecimento do caso;
- II – o laboratório que haja estabelecido o diagnóstico;
- III – qualquer pessoa que tenha sido agredida por animal doente ou suspeito, ou que tenha sido acometido de doença transmitida pelo animal.

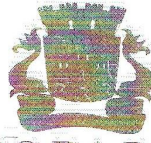
**Art. 14.** O proprietário ou possuidor de animais doentes ou suspeitos de zoonoses deverá submetê-los a observação, isolamento e cuidados, na forma determinada pela autoridade de saúde.

**Art. 15.** Os proprietários, administradores ou encarregados de estabelecimentos ou lugares onde hajam permanecido animais doentes ou suspeitos de padecer de doenças transmissíveis ao homem, de notificação obrigatória, ficam obrigados a proceder à sua desinfecção ou desinfestação, conforme o caso, devendo observar as demais práticas ordenadas pelas autoridades sanitárias competentes.

**Art. 16.** Toda pessoa fica obrigada a permitir a entrada em seu domicílio ou em lugares cercados de sua propriedade ou submetida a seus cuidados, dos Médicos Veterinários ou outra autoridade do serviço de saúde pública, devidamente identificadas, para efeitos de exames, tratamento, captura ou sacrifício de animais doentes ou suspeitos de zoonoses e controle de vetores.

**Parágrafo único.** Os proprietários ou encarregado, de animais ficam obrigados a sacrificá-los seguindo as instruções de autoridades de saúde competentes ou entregá-los para seu sacrifício, aos funcionários competentes, quando assim for determinado.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 17.** É assegurada a toda pessoa mordida ou arranhada por animal doente ou suspeito de raiva, tratamento na forma indicada pela autoridade de saúde competente que poderá determinar sua internação quando julgar necessário.

**Art. 18.** Os animais suspeito de raiva (cão e gato) que houverem mordido ou arranhado qualquer pessoa serão isolados e observados no mínimo, durante 10 (dez) dias.

**Parágrafo único.** A observação de que trata este artigo poderá, a juízo da autoridade sanitária competente, ocorrer na residência do proprietário do animal suspeito ou no serviço municipal de zoonoses. (canil Público Municipal)

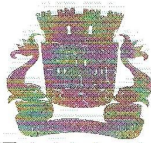
**Art. 19.** O transporte dos animais doentes e a disposição de cadáveres de animais que houverem sofrido de zoonoses, serão efetivados na forma determinada pelas autoridades de saúde competentes.

**Art. 20.** Compete a Secretaria de Saúde do Município a coordenação municipal de zoonoses, diretamente ou em cooperação com a Secretaria Estadual de Saúde e demais órgãos e entidades competentes o combate as zoonoses.

**Art. 21.** Cabe a Secretaria Municipal de Saúde devidamente articulada com a Secretaria de Saúde Estadual, tendo em vista a frequência da doença, as possibilidade de epidemias e riscos de propagação à área de mais de um Município, estabelecer as prioridades para o controle e erradicação de espécies animais responsáveis pela ocorrência de propagação de zoonoses.

**Art. 22.** Fica instituída a obrigatoriedade do registro de animais, especialmente no que tange à população canina, bem como o credenciamento de instituições idôneas para tal fim, além da rede oficial, conforme dispuser a Secretaria Municipal de Saúde em ato próprio, disciplinando os procedimentos ou responsáveis pelos animais e das instituições credenciadas.

**Art. 23.** As autoridades municipais adotarão as medidas técnicas indicadas pelas autoridades de saúde na execução dos trabalhos relacionados com a coleta, transporte, tratamento, disposição sanitária dos objetos, limpeza das vias públicas e outros de modo a impedir a proliferação de insetos, roedores e animais peçonhentos e sinantrópicos que coloquem em risco a saúde da população.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 24.** O Município não responde por indenização de qualquer espécie no caso do animal apreendido vir a sucumbir nas dependências de suas instalações do canil ou curral (baias) municipal.

**Art. 25.** As punições aos infratores serão aplicadas conforme normas contidas no art. 4º da Lei Municipal nº 895, de 26 de novembro de 1997 e art. 3º da Lei Municipal nº 949 de 31 de maio de 1999.

**Art. 26.** Cabe à Prefeitura Municipal de Cabedelo através de sua Secretaria de Saúde abrir conta corrente junto a uma instituição bancária oficial, em nome da Coordenação Municipal de zoonoses referente a cobranças de multas oriundas de infrações previstas na presente lei.

**Parágrafo único.** A arrecadação e prestação de contas que trata o *caput* do artigo anterior, serão submetidas a apreciação, fiscalização e votação do Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 27.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 28.** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 26 de dezembro de 2001; 180º da Independência, 113º da República e 46º da Emancipação Política Cabedelense.

  
**JOSÉ RIBEIRO FARIAS JÚNIOR**

Prefeito